

Comissão de Ciência e Tecnologia Comunicação e Informática
Requerimento nº..... de 2004
(Do Sr. Walter Pinheiro)

Requerimento para realização de audiência pública
para discussão sobre a venda da Embratel e as
repercussões para a operação de satélites na Banda
X.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeremos a realização de audiência pública para a discussão da venda da Embratel ao grupo mexicano Telmex, com a presença dos senhores José Viegas, Ministro da Defesa, Pedro Jaime Ziller, Presidente da Anatel, Carlos Lessa, Presidente do BNDES, Jorge Rodrigues, Presidente da Embratel, José Formoso, vice-presidente de operações internacionais da Telmex, Otávio Azevedo, Presidente do Conselho de Administração da Tele Norte Leste, representando o consórcio Calais, Roberto Durães de Pinho, Superintendente do Fundo de Pensão Telos,

JUSTIFICAÇÃO

Mesmo que não detenha mais o monopólio dos serviços de telecomunicações à distância, a Embratel detém a prestação de numerosos outros serviços de importância capital para a segurança nacional do Brasil. Dentre estes, destacam-se as comunicações militares brasileiras, que se fazem por canais da Embratel, bem como os serviços de segurança de vôos civis.

Durante o desenvolvimento do processo de privatização das empresas estatais de telecomunicações, o governo Fernando Henrique não deu importância aos aspectos estratégicos e de segurança nacional envolvidos nas telecomunicações. O resultado é que serviços de comunicações militares e as comunicações diplomáticas são feitas por uma empresa privada sob controle estrangeiro, colocando em risco qualquer operação de Estado que dependa de sigilo absoluto.

Por ocasião da venda da Embratel, o parlamento brasileiro precisa assegurar que a empresa que assumir o controle acionário da Embratel venha a negociar com o governo brasileiro o controle dos satélites da rede Brasilsat, pertencente à subsidiária Star One, da Embratel, que também é proprietária da faixa de comunicação de satélites que realiza as comunicações das forças armadas brasileiras, a “banda X”.

Segundo noticiado, três propostas de compra foram apresentadas à empresa norte-americana MCI, que detém o controle acionário da Embratel. Uma delas foi apresentada pelo Consórcio Calais, formado pelas empresas Brasil Telecom, Telefônica, Telemar e Geodex. Uma outra, considerada mais vantajosa pela MCI, pela ausência de “riscos regulatórios”, foi apresentada pela mexicana Telmex. E uma terceira, foi apresentada pelo Fundo de Pensão do funcionário da Embratel, o Telos.

Irresignadas pela decisão da MCI que confirmou a venda, ainda que por menor preço, à mexicana Telmex, as empresas locais recorreram da decisão à Corte de Falências de Nova York que vai se posicionar sobre o caso sobre a venda da Embratel para a Telmex, até o dia 13 de abril, já que a MCI se encontra em concordata nos Estados Unidos.

Autoridades do governo brasileiro já se pronunciaram sobre a importância do controle das operações de satélites da Embratel ser exercida por meio de participação majoritária do Estado Brasileiro no capital votante da Star One, empresa pertencente à Embratel.

Cumpre, portanto, ao Parlamento brasileiro, em especial a Comissão de Ciência e Tecnologia, a missão de ouvir todos os responsáveis e agir na defesa dos genuínos interesses do país.

Sala da Comissão, em 30 de março de 2004.

Walter Pinheiro
Deputado Federal

